

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO Nº , DE 2018.
(Do Sr. Luiz Couto)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir o envolvimento de milicianos na morte de pessoas que cumprem pena em regime aberto.

Requeiro a realização de Audiência Pública para discutir o envolvimento de milicianos na morte de pessoas que cumprem pena em regime aberto. Para a audiência sugerimos os seguintes nomes:

- 1) Secretario de Segurança Publico do Rio de Janeiro;
- 2) Secretário de Segurança Publica do Estado da Paraíba;
- 3) Secretario de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte;
- 4) Representante do Ministério da Segurança Pública;
- 5) Representante do Ministério de Direitos Humanos;
- 6) Representante do Ministério Público;
- 7) Representante da Rede Justiça Criminal;
- 8) Representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública;
- 9) Representante do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

JUSTIFICATIVA

Fenômeno cada vez mais crescente na sociedade brasileira e muito popularizado nas cidades do Rio de Janeiro, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e outros, é a morte de pessoas por milícias privadas. Os índices são tão alarmantes que a Lei 12.720 de 27 de setembro de 2012 acrescentou o §6º ao artigo 121 do Código Penal, estabelecendo como causa especial de aumento de pena o cometimento de crime por milícia privada.

A presente solicitação visa ampliar a discussão acerca das medidas cabíveis a serem tomadas no caso de homicídios praticados por milicianos contra pessoas que estão cumprindo pena em regime aberto. Pela suposta

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

ligação com pessoas integrantes de outros grupos criminosos, são alvos fáceis das milícias, as quais tem provocado verdadeiras chacinas por todo o país.

Por esse motivo, se não for dada a devida prioridade a tal questão, os integrantes das milícias privadas poderão sair impunes.

Assim, Senhor Presidente, reveste-se de extrema importância a realização de audiência pública para discutir o tema, a qual proporcionará um amplo debate com todas as partes envolvidas, visando o combate a esta atividade criminosa e brutal.

Nesses termos é que solicitamos o apoio dos nobres membros desta douta Comissão de Direitos Humanos e Minorias para a aprovação deste Requerimento.

Sala das Comissões, em de abril de 2018.

Deputado LUIZ COUTO

PT/PB